

ARMANDO SEIXAS FERREIRA

1821

O REGRESSO DO REI

A Viagem de D. João VI
e a Chegada da Corte
a Portugal

Índice

Prólogo	9
Capítulo I – 26 de abril de 1821. Partida do Rio de Janeiro	
para Lisboa	17
Os ataques corsários	24
Construção da nau <i>D. João VI</i>	31
As aguarelas de Franz Joseph Frühbeck	37
Capítulo II – Morte de Napoleão na ilha de Santa Helena	47
D. João concede uma audiência a Junot antes da partida para o Brasil	60
O desembarque da corte no Brasil	70
Portugal declara guerra à França	81
O álbum de campanha do capitão Manuel Isidro da Paz	86
Capítulo III – Aniversário de el-rei em alto-mar	95
Perfil de D. João VI e a vida da corte	100
As infidelidades de D. Carlota Joaquina	108
Um retrato raro do príncipe do Brasil	110
D. Carlota Joaquina sonha ser rainha de Espanha na América ..	120
Aclamação de D. João VI no Rio de Janeiro	127

Capítulo IV – Vida e disciplina nos navios da Armada Real	131
Os combates no mar	141
Penas e castigos	145
Capítulo V – Preocupações a bordo com a chegada do rei a Portugal	149
Motim militar no Rio de Janeiro altera os planos do rei	156
Tentativa de reabastecimento da esquadra nos Açores	169
Capítulo VI – 3 de julho de 1821. Chegada da corte a Lisboa	179
D. João VI recebido como um herói pelos portugueses	187
O rei comunica o sucesso da viagem a D. Pedro	197
Capítulo VII – A independência do Brasil	205
As Cortes ordenam o regresso de D. Pedro a Portugal	212
O príncipe desobedece e fica no Rio de Janeiro.	219
Nau <i>D. João VI</i> no Brasil para transportar D. Pedro até Portugal	224
O Grito do Ipiranga	234
Capítulo VIII – O fim do reinado	243
Conspirações de D. Carlota Joaquina e do infante D. Miguel.	248
Corpo diplomático resgata D. João VI	263
D. João quer expulsar a rainha de Portugal e escreve a Fernando VII, seu cunhado	272
Portugal reconhece a independência do Brasil	277
Notas	285
Bibliografia	311

Prólogo

A viagem de regresso da família real a Lisboa é um acontecimento histórico de grande importância porque assinala o fim de quase catorze anos de presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro, período fascinante que antecede a independência do Brasil. Há precisamente duzentos anos, uma esquadra de doze navios transportou entre três a quatro mil pessoas para Portugal. A expedição aconteceu entre 26 de abril e 3 de julho de 1821, e foi liderada pela nau *D. João VI*.

Durante as guerras napoleónicas, o príncipe regente D. João desempenhou um papel crucial quando a soberania do reino foi seriamente ameaçada e o país corria o risco desaparecer. A transferência da corte e a fundação de um novo império nas Américas marcam para sempre a história de Portugal e do Brasil. Porém, a imagem que nos chegou de D. João VI está bastante deturpada e não corresponde, na grande maioria dos casos, à verdade. Enquanto o imperador dos franceses é visto como um conquistador, o rei de Portugal foi acusado de ter fugido para o Brasil, em vez de enfrentar os exércitos invasores. Esta visão redutora da política do filho da rainha D. Maria I é profundamente injusta e que importa rebater em nome da veracidade dos factos.

De olhar tímido e fisionomia invulgar, D. João é, à primeira vista, a antítese de Napoleão, o ambicioso primeiro cônsul que ansiava dominar a Europa à custa dos ideais da Revolução Francesa. Podemos ver as diferenças nos seus retratos a óleo. Apesar da baixa estatura,

Bonaparte fita o espetador numa pose triunfante, contrastando com o ar tímido de D. João. O príncipe do Brasil era misterioso e apresentava feições peculiares. Lábio inferior saliente e, nos últimos anos de vida, cada vez mais obeso. Estes atributos físicos contribuíram para denegrir a sua imagem ao longo dos tempos.

A consulta de fontes coevas permite seguir outra abordagem e compreender a astúcia de D. João, quando teve que tomar a decisão firme e enérgica de embarcar a corte para o Rio de Janeiro. Essa ideia de fuga, aliás, foi amplamente difundida pelos franceses na época, para justificar o fracasso na captura da família real.

No início de oitocentos, o Brasil era parte de Portugal. Ao transferir a sede da monarquia para o hemisfério sul, o regente dava uma lição de estratégia a Bonaparte. O imperador dos franceses nunca imaginou que aquele príncipe medroso, como era tratado nos jornais franceses, tivesse o descaramento e a coragem para desafiar o temível Napoleão.

O regente teve uma infância feliz nos jardins bucólicos dos palácios da Ajuda, Mafra e Queluz. Gostava de ouvir música de igreja e de montar a cavalo com o irmão. Os contratemplos começaram aos 18 anos. Viveu um casamento traumático com infanta espanhola D. Carlota Joaquina. Foi surpreendido pela morte do irmão mais velho, o príncipe D. José, e assistiu à doença mental da mãe, a rainha D. Maria I, tendo sido obrigado a assumir a rédeas do governo com pouco mais de 20 anos.

Em 1801, Portugal foi invadido por Espanha e ameaçado pela França devido à sua aliança com a Inglaterra. É neste contexto difícil que D. João inicia uma política incerta, tentando agradar a todos. Pedro Calmon dá-nos vários exemplos: «D. João mais inteligente do que se julga encarnava a duplicidade.»¹ O príncipe negociava ao mesmo tempo com franceses e ingleses. «Ganhara tempo. Os ingleses o assustavam, mas o garantiam. E reinava.»² No livro *Portugal nas Guerras Europeias*, Fidelino de Figueiredo escreve: «O regente D. João, fugindo para o Brasil, deu um passo pouco decoroso, onde, por maior, que seja a complacência do apreciador, não se pode encontrar grande quinhão de brio, mas temos de reconhecer que chegadas as coisas a tal ponto, era a única solução a adotar por ser também a única que algum benefício poderia produzir.»³

Ameaçado pelos exércitos napoleónicos, o príncipe agiu com o único objetivo de garantir a sobrevivência do reino. Não se deixou aprisionar, mantendo viva a nação portuguesa no outro lado do Atlântico. «É muito mais justo considerar a trasladação da corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente manobra política de que uma deserção covarde»⁴, conclui Oliveira Lima. O príncipe regente ouvia atentamente os conselheiros, mas reservava a decisão final só para si, ao contrário do avô, D. José, que delegou o poder absoluto no Marquês de Pombal.

D. João conseguiu dissimular sempre o que pretendia fazer, adiando decisões até ao último segundo. Quando tudo parecia perdido, aventurou-se com quinze mil pessoas no oceano, qual Arca de Noé debaixo de uma terrível tempestade. Se a esquadra naufragasse, seria o fim da dinastia e, possivelmente, de Portugal como hoje o conhecemos.

No dia 27 de novembro de 1807, o embarque da família real para o Brasil aconteceu em condições dramáticas. Após dois dias de incerteza por causa de ventos contrários, os navios fizeram-se ao mar, escoltados pela marinha britânica. A corte escapava ao inimigo. Poucas horas depois, os soldados franceses entravam em Lisboa para prender o príncipe.

O séquito real foi recebido em festa pelos baianos e pelos habitantes do Rio de Janeiro. No Brasil, Portugal declara guerra à França e invade a Guiana. Em simultâneo, D. Carlota Joaquina sonha ser rainha das colónias espanholas nas Américas. A partir do Rio de Janeiro, D. João organiza uma resistência heroica com os aliados ingleses para libertar a Europa das garras da águia imperial. Como o próprio Napoleão admitiu nas suas memórias na ilha de Santa Helena: «Foi ali que me perdi»⁵, referindo-se aos insucessos das armas francesas na península, até à capitulação na batalha de Waterloo.

A sul do equador, D. João revela-se um grande estratega político do seu tempo. Em finais de 1815, eleva a colónia a reino, transformando o Brasil num país. O Rio de Janeiro passa a ser a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A rainha D. Maria I morre em 1816. A ocupação de Montevideu e a revolta separatista de Pernambuco adiam a aclamação de D. João VI.